

Têm os Programas TCR um Efeito Colateral Pró-pobres?

por Christian Lehmann, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

Programas de transferência condicional de renda (TCR), como o Progresá no México ou no Bolsa Família no Brasil, tem sido comparado a uma “bala mágica de ouro em desenvolvimento”. Um grande número de avaliações rigorosas de pontos tais programas a um aumento significativo no consumo de alimentos entre os domicílios beneficiários do benefício. Um tópico que não tem recebido muita atenção ainda é o impacto dos programas de transferência de renda sobre o consumo alimentar dos domicílios que não recebem a transferência (domicílios que não se qualificam para o programa), mas que estão na mesma aldeia como destinatários do dinheiro.

Por que devemos preocupar-nos com domicílios que não se qualificam para o programa? Em muitos casos, o financiamento de um TCR é limitado. Daí que governos e organizações não-governamentais, muitas vezes aloquem as transferências para os grupos mais vulneráveis da população. Mas a grande maioria daqueles considerados não qualificáveis para o programa estão longe daquilo que poderíamos considerar “bem de vida”. Por exemplo, o valor monetário do consumo alimentar diário per capita dos não qualificáveis no Progresá do México era inferior a US\$ 1,0 quando o programa começou em 1997. A pobreza, portanto, persiste mesmo entre os domicílios não qualificáveis. Se um TCR tem repercussões positivas no consumo de alimentos dos domicílios não qualificáveis, o impacto global sobre a pobreza é muito maior do que o previamente registrado.

Por que os domicílios não qualificáveis para o programa aumentariam o seu consumo alimentar, apesar de não receber a transferência de renda? Em primeiro lugar, as transferências aumentam a demanda de bens e serviços pelos domicílios beneficiários. Isto por sua vez muda os preços e demanda de mão de obra na comunidade. Se uma pessoa não qualificável para um programa for um trabalhador, o aumento da demanda por bens e serviços leva a maiores oportunidades de emprego e, portanto, renda adicional. Se os domicílios que não se qualificam para o programa estão ocupados em atividades de pequenas empresas eles se beneficiam de preços em elevação (maiores lucros).

Em segundo lugar, a liquidez induzida por um TCR melhora os mercados de crédito (Angelucci e De Giorgi, 2009). O conseqüente aumento no acesso ao crédito pode ser usado para expandir a agricultura nacional, a criação de animais e outras atividades de pequenos negócios.

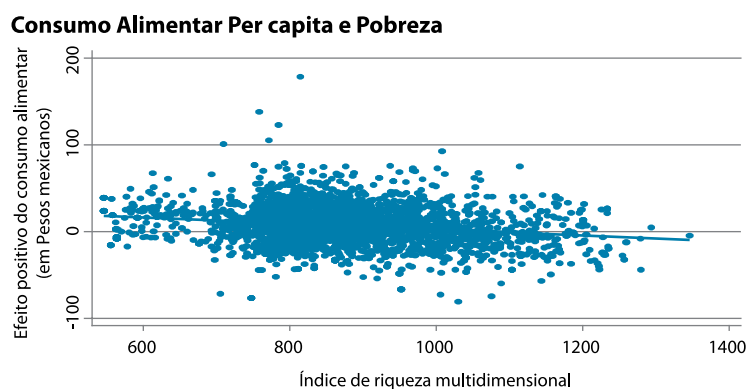
Em terceiro lugar, um TCR pode levar a aumentos nas cestas informais de alimentos dos participantes do programa para domicílios não qualificáveis para o programa. Na literatura antropológica, este fenômeno é muitas vezes denominado de “solidariedade”. A literatura econômica enfatiza a importância da partilha em espécie como um meio informal de seguro contra choques (doenças, perdas de colheitas e assim por diante). Os domicílios têm um incentivo para compartilhar comida com os outros domicílios, a fim de receber ajuda quando eles próprios caíam em situações precárias (princípio da “reciprocidade”). Estes e outros importantes canais através dos quais um TCR afeta o consumo dos não qualificáveis são discutidos em profundidade em Lehmann (no prelo).

É pró-pobres o efeito positivo do consumo de alimentos? Usando dados do Progresá, do México, analisamos se os domicílios mais pobres não qualificáveis ou os domicílios “melhores de vida” que não são qualificáveis se beneficiam do efeito positivo do consumo de alimentos. Nós comparamos o consumo médio de alimentos per capita mensal dos domicílios não qualificáveis nas aldeias onde não há TCR. Nossos resultados sugerem que

o aumento no consumo de alimentos é maior para os domicílios não qualificáveis mais pobres do que para domicílios não qualificáveis que estejam “melhor de vida”. Em geral, quanto mais pobre a aldeia como um todo, maiores as repercussões positivas sobre os domicílios não qualificáveis. O efeito positivo de consumo de alimentos, portanto, beneficia os próprios pobres.

A figura visualiza a relação entre o aumento do consumo alimentar mensal per capita nos domicílios não qualificáveis e o seu nível de pobreza pré-programa. Este último é representado por um índice de riqueza multidimensional. Quanto mais baixo o índice, mais alto o nível de pobreza. Cada ponto representa o aumento no consumo de alimentos para um domicílio não qualificável para o programa em nossa amostra (ou seja, não-recipiendários de transferências), devido à existência de um programa de transferência de renda na aldeia. A linha inclinada para baixo mostra a tendência. Vemos que os domicílios mais pobres não qualificáveis se beneficiam mais da existência de um TCR em sua aldeia. Seu aumento no consumo de alimentos é, em média, superior a dos domicílios não qualificáveis na mesma aldeia que estejam “melhor de vida”.

Quais são as implicações? As avaliações das TCRs que se concentram exclusivamente nos participantes do programa não captam o impacto geral da comunidade sobre a pobreza. Os domicílios mais pobres que não se qualifiquem para o programa indiretamente se beneficiam do programa através do consumo mais elevado dos alimentos e, portanto, o impacto sobre a pobreza é maior do que previamente registrado.



Referências:

Angelucci, M. e G. De Giorgi (2009). "Indirect Effects of an Aid Program: How Do Cash Transfers Affect Ineligibles' Consumption?" *American Economic Review* 99 (1), 486–508.

Lehmann, C. (no prelo) "Consumption Externalities in Conditional Cash Transfer Programmes: Who Benefits, Who Loses, and Why?" *IPC-IG Working Paper*. Brasília, International Policy Centre for Inclusive Growth.